GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

Às quatorze horas do dia 07 de abril de 2022, reuniu-se a 2.^a Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal (TARF), por intermédio de videoconferência, sob a Presidência da Sr.^a Conselheira Ana Cláudia Macedo Rainha e presentes os Srs. Conselheiros Fernando Antônio de Rezende Júnior, Antonio Avelar da Rosa Schmidt, Paulo Bruno Ribeiro de Oliveira, Romilson Amaral Duarte, Rycardo Henrique Magalhães de Oliveira e ainda o Conselheiro Suplente Fernando Rodriguez Rosa, bem como o Sr. Representante da Fazenda Procurador Edvaldo Nilo de Almeida. Ausente, justificadamente para usufruto de férias regulamentares, a Conselheira Rosemary Carvalho Sales, sendo substituída pelo Conselheiro Suplente Fernando Rosa. Iniciada a sessão, foi aprovada a ata da sessão anterior, compartilhada previamente com os Conselheiros e o Representante da Fazenda Pública. Em seguida a Sr.^a Presidente apregou os seguintes recursos constantes da pauta do dia: **1. PARA INÍCIO DE JULGAMENTO:** **a) Processo 0128-002246/2015, Tributo ICMS, RV 21/2018**, Recorrente ARCOS DOURADOS COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, Advogado André Torres dos Santos OAB/DF 35.161, Recorrida Fazenda Pública do Distrito Federal, Representante da Fazenda Procurador Edvaldo Nilo de Almeida, Relator Conselheiro Rycardo Henrique de Oliveira. A Representação Fazendária opinou pelo conhecimento e desprovimento do recurso, aplicando-se, *de officio*, dos dispositivos contidos na Lei n.º 6.900/2021. A patrona da recorrente, Ana Luíza Pacheco de Oliveira, acompanhou a sessão de julgamento. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: **acorda a 2ª Câmara do TARF, à unanimidade, em conhecer do recurso, para, também à unanimidade, dar-lhe provimento parcial**, para tão-somente, reduzir, com base na Lei n.º 6.900/2021, os percentuais das multas principais aplicadas com a autuação discutida, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Ausente, justificadamente, a Conselheira Rosemary Sales, sendo substituída pelo Conselheiro Suplente Fernando Rosa. Redator para o acórdão o Conselheiro Relator. Em homenagem à presença do patrono da recorrente, que ofereceu sustentação oral, foi antecipado o julgamento dos seguintes embargos: **c) Processo 0040-003663/2016, Tributo ICMS, ED 59/2021**, Embargante CLARO S/A, Advogada Luciana Xavier Cotrim OAB/RJ 223.874, Embargada Fazenda Pública do Distrito Federal, Representante da Fazenda Procurador Edvaldo Nilo de Almeida, Relator Conselheiro Fernando Rezende. A Representação Fazendária opinou pelo conhecimento e desprovimento dos embargos, aplicando-se, *de officio*, dos dispositivos contidos na Lei n.º 6.900/2021. O patrono da Recorrente, João Agripino Maia OAB/RJ 115.567 e OAB/DF 13.065, ofereceu sustentação oral, no que foi replicado pelo Representante da Fazenda Pública. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: **acorda a 2ª Câmara do TARF, à unanimidade, em conhecer dos embargos, para, também à unanimidade, dar-lhes provimento parcial**, para tão-somente, reduzir, com base na Lei n.º 6.900/2021, os percentuais das multas principais aplicadas com a autuação discutida, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Ausente, justificadamente, a Conselheira Rosemary Sales, sendo substituída pelo Conselheiro Suplente Fernando Rosa. Redator para o acórdão o Conselheiro Relator. **b) Processo 0128-001767/2014, Tributo ICMS, RV**

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

406/2018, Recorrente JESNER TORESAN MARQUES ME, Advogado Adriano Martins Ribeiro Cunha OAB/DF 27.027, Recorrida Fazenda Pública do Distrito Federal, Representante da Fazenda Procurador Edvaldo Nilo, Relator Conselheiro Paulo Bruno Ribeiro. A Representação Fazendária opinou pelo conhecimento e desprovemento do recurso. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: **acorda a 2ª Câmara do TARF, à unanimidade, em conhecer dos embargos, para, também à unanimidade, dar-lhes provimento parcial**, para tão-somente, reduzir, com base na Lei nº 6.900/2021, os percentuais das multas principais aplicadas com a autuação discutida, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Ausente, justificadamente, a Conselheira Rosemary Sales, sendo substituída pelo Conselheiro Suplente Fernando Rosa. Redator para o acórdão o Conselheiro Relator. Esgotada a pauta, foram discutidas e aprovadas as ementas dos acórdãos referentes aos seguintes recursos: RV 21/2018 (Ac. 24/2022), ED 200/2019 (Ac. 25/2022), ED 18/2021 (Ac. 26/2022), ED 59/2021 (Ac. 27/2022), e RV 406/2018 (Ac. 28/2022). No momento destinado a indicações a Senhora Presidente manifestou palavras de elogio à equipe da GESAP e demais servidores do TARF, pela presteza e cordialidade no cumprimento das suas atribuições, sendo endossada por todos os Conselheiros presentes à sessão. Nada mais havendo a tratar ou quem desejasse usar da palavra, a Sr.ª Presidente encerrou a sessão, convocando outra, ordinária, para o dia 25 de abril de 2022, segunda-feira, às quatorze horas. E, por nada mais constar, eu, Seony Braz, lavrei a presente ata, que será disponibilizada no SEI/GDF para assinatura dos participantes desta sessão de julgamento, após a devida aprovação em nova sessão.

ANA CLÁUDIA MACEDO RAINHA

Presidente